

Quem tem autoridade para falar de tema polêmico?

Uma análise de coberturas da Folha de São Paulo¹

Jéssica Romero²

Gerliani Mendes³

Universidade Federal de Ouro Preto

Jéssica Romero

Gerliani Mendes

Colaborador: Prof. Dr. Ubiratan Garcia Vieira

Resumo

Esse artigo pretende tecer algumas considerações a cerca de uma análise crítica de coberturas feitas pelo Jornal on line da Folha de S. Paulo em duas situações envolvendo o tema de interrupção de gravidez. Usamos estudos da área de análise do discurso para interrogar como se deu a veiculação das informações e o posicionamento do veículo. Observamos a estratégia discursiva do jornal a partir da maneira como ele selecionou suas fontes.

Palavras-chave

webjornalismo; interrupção de gravidez; pluralidade de vozes; estratégia discursiva

¹ Trabalho apresentado no IJ– Jornalismo do Intercom Sudeste , realizado em Ouro Preto do dia 28 a 30 de junho.

² Estudante de graduação de Jornalismo pela UFOP, 5º Período, e-mail: jessicaromeroufop@gmail.com

³ Estudante de graduação de Jornalismo pela UFOP, 5º período, e-mail: gerlianimendes@gmail.com

Interrupção de Gravidez e aborto na decisão do STF

O trabalho que agora se apresenta se deu na investigação da cobertura feita pelo jornal “Folha de São Paulo” nas duas situações seguintes: a aprovação do Supremo Tribunal Federal quanto a interrupção de gravidez de fetos anencéfalos e a manifestação da candidata Dilma Rousseff sobre o mesmo tema, interrupção de gravidez, durante as eleições de 2010.

Nosso interesse é investigar, a intenção da Folha ao falar sobre o tema em questão nas duas situações distintas, analisando o conteúdo, as fontes e as informações contidas nas tais matérias. Para isso nos apoiamos nos estudos de Charaudeau (2006), sobre o discurso das mídias.

A abordagem será pensada considerando como preceitos jornalísticos a informação, a busca da verdade, da democracia e da imparcialidade⁴, bem como os desafios da prática que requer a comunicação com um vasto público imaginário.

Começamos com o caso mais recente, a aprovação da legalização de interrupção de gravidez em caso de anencefalia, que ocorreu no dia 12 de abril de 2012. Quando se está escrevendo uma matéria, há sempre um leitor imaginário para quem o jornalista acha que escreve, mas nesse caso existem dois tipos possíveis: os que são contra a decisão do STF e os que são a favor da mesma. Qual é o grupo hegemônico atualmente? Essa pergunta, talvez tenha feito com que este veículo não soubesse para quem escrever, pois como explica Charaudeau:

A instância de recepção é portadora de um “conjunto” “impreciso” de valores éticos-sociais e, acrescentemos, “afetivos-sociais”, os quais devem ser levados em conta pela instância midiática para poder apresentar uma informação mais ou menos de acordo com as suas expectativas. (CHARAUDEAU, 2008, P.80)

Pensemos na hipótese de que o jornal tenha dificuldades de falar sobre o aborto porque não sabe para que público enquadrar. O que acontece com a informação num caso como este? Percebemos que as matérias da Folha de S. Paulo abriram espaço, no caso da cobertura da decisão do STF, para a pluralidade de vozes. Essa é uma investigação que trazemos para essa conversa que visa ampliar nosso olhar para as

⁴Estabelecidos no Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

vozes que aparecem nas notícias.

Das pessoas que apareceram na cobertura, estão diretamente os 10 ministros do STF, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Federal de Medicina, a família Croxato - composta por pai, mãe e uma filha de dois anos, que tem acrania- a médica geneticista Aline T. Da Costa, a leitora Angela Bonacci, além de opiniões de personalidades sobre o tema. Podemos deduzir que ouve neste caso manifestação de muitas vozes, de interesses diversos, fenômeno pouco comum nas coberturas jornalísticas.

Considerando a polêmica gerada pelo tema interrupção de gravidez, muitas vezes chamado aborto, prevê-se uma dificuldade de falar sobre ele nos jornais. Depois de divulgado a decisão do STF, manifestaram-se vozes por toda a cobertura da Folha.com que alimentam um diálogo entre os leitores ao longo do desdobramento da decisão. Aqui apresentamos essas vozes e buscamos traçar e interpretar esses diálogos, para perceber seus resultados.

A família Croxato apresenta Vitória, 2 anos, que tinha sido diagnosticada como portadora de anencefalia ainda no ventre. A criança Vitória tem acrania e os pais se mostram satisfeitos com a não interrupção da gravidez. Ao que a mãe conclui: “No pré-natal não há condições de saber qual será a reação da criança. O médico não toca a criança. Os exames por si só não indicam nada”(11/04/2012) Essa família surge no período do debate, dias 11 e 12 de março. No depoimento da mãe, a informação que temos é que o diagnóstico ao que as grávidas são submetidas não é absolutamente seguro. Essa família se posiciona contra a decisão, e como fontes presentes ao longo do debate, mostram uma continuidade da participação na cobertura.

Após a intervenção da família Croxato, uma leitora, Angela Bonacci, teve sua manifestação destacada no Pannel do Leitor:

É impossível avaliar quantas mães serão capazes de conviver com um bebê anencéfalo. Respeito e admiro o casal Croxato pela disponibilidade e coragem de enfrentar, mesmo com dores emocionais, o tratamento intensivo para manter viva a filha Vitória, que nasceu com acrania. Fácil não é, pois é evidente que a criança não teria sobrevivido sem cuidados intensivos. Também parece óbvio que nem todas as mães do Brasil teriam disponibilidade médico-financeira para dedicar-se integralmente a um ser inválido. Quantas famílias estariam predispostas a acompanhar o desenvolvimento limitadíssimo de um bebê?(Folha.com, 12/04/2012)

O texto mostra que sua posição é de responsabilização da mãe, tanto pela

decisão como pelos cuidados com a criança. E podemos concluir isso pela sua argumentação, que enfatiza as dificuldades desses cuidados com a criança ao longo da vida. Sua justificativa para aprovar a interrupção de gravidez seria a escolha de conviver ou não com uma futura criança com deficiência. O que pode ser considerado um caminho para o aborto eugênico, que desqualifica os seres humanos com desenvolvimento mais limitado, além de considerar apenas a individualidade da mulher e não a divisão de responsabilidades da maternidade e dos cuidados de pessoas com deficiência entre outros seios da sociedade. O modo como essa leitora interpretou a intervenção da família Croxato foi previsto pelo depoimento do Padre Rafael Fornasier, de que essa aprovação do STF abriria portas para outras situações (Folha.com,11/04/2012).

Aqui encontramos então algumas questões relevantes para pensar a legalização da interrupção de gravidez. Porque cabe à mulher essa decisão? Justifica-se pela autonomia com o próprio corpo ou pela responsabilidade com a criança e suas condições para assumi-la? Quais as verdadeiras condições de diagnóstico seguro nós temos para o caso de anencefalia?

Certamente em função dessas questões, no dia seguinte, o Conselho Federal de Medicina (CFM), se disponibilizou em estabelecer os critérios para o diagnóstico em 60 dias. Surge então nas páginas do veículo um setor da sociedade que se mostra responsável pela decisão da mulher, e com razão, afinal não são eles quem diagnosticam? Ou seja, os diálogos começam a se estabelecer para estruturar a situação pautada pela cobertura do jornal, e a continuidade da pauta permanece.

Outra intervenção que visa também problematizar a questão é feita por uma médica geneticista, que como leitora, também é destacada no Painel do Leitor. Aline T. Da Costa veio completar, ou melhor, trazer outros caminhos à postura do CFM:

Em minha pesquisa de mestrado, aproximadamente 80% dos laudos apontavam para anencefalia isolada, enquanto a avaliação da necrópsia apontou aproximadamente 50% dos casos como sendo de ocorrência isolada. Muitos casos tiveram seu aconselhamento genético equivocado por se basearem apenas no ultrassom, que já indica solicitação para interrupção da gestação. O mais indicado seria incluir uma discussão sobre como melhor conduzir os casos de anencefalia, além da descriminalização do aborto para tais casos. (Folha.com, 14/04/2012)

Como voz especializada e leitora, a médica traz pareceres relevantes para a discussão, concluindo ao final que a decisão, na forma que está sendo tomada, beira a

eugenia. O painel em que foi exposto o texto acima tinha como título “Meu Olhar”, que mostra a repercussão da decisão do STF de um ponto de vista impessoal para o veículo, no espaço reservado para comentários de leitores.

Na cobertura, a busca pela repercussão da decisão, expôs também a opinião dos ministros que votaram. O ministro Ayres Brito fez sua colocação: “Se homens engravidassem de fetos anencéfalos, essa questão já estaria resolvida há muito tempo.” (Folha.com, 11/04/2012) Essa fala foi lembrada pelo advogado da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, Luiz Roberto Barrosos, que complementava que aquela era a oportunidade de trazer igualdade de direitos para as mulheres.

Apresentando a divisão entre os interesses dos homens e das mulheres, o ministro sugere que os interesses dos homens são tratados com maior relevância. Podemos avançar nessa reflexão: se o que justifica a decisão caber à mulher é o fato dela ser vista como maior responsável pelo filho, deduzimos que se os homens tivessem a mesma relação com a paternidade, o mesmo senso de responsabilidade que tem as mães, a questão estaria resolvida. O comentário de Ayres Brito e do advogado da CNTS é uma síntese do argumento dos chamados pró-escolha. Voltado para a individualidade da mulher, propõe que a igualdade de direitos se dará de fato se ela tiver autonomia quanto ao próprio corpo. E essa decisão, mais do que falar de aborto, significa devolver às mulheres o controle deste corpo, pois, como explica Pateman, via Saffioti (2004):

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal- é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal- isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. (PATEMAN, Apud SAFFIOTI, 2004, p.53-54)

Segundo Saffioti, o Estado é impregnado desse direito patriarcal, o que explica, por exemplo, que padres (homens) se posicionem contra a decisão do STF e por outro

lado mulheres católicas organizadas se mostrem a favor. Entre 2002 pessoas ouvidas em todo país, 72 % se posicionaram a favor da interrupção de gravidez no caso de anencefalia, segundo pesquisa feita pelo Ibope (2008). Há que considerar que muitas dessas divergências apresentadas na cobertura da Folha, foram possíveis pela linguagem própria do jornalismo de web, que nos permite acessar links, abrir abas, leques e ruas no diálogo possível. A intenção dessa análise é encontrar possíveis apontamentos positivos como resultado dessa hipotética dificuldade para tratar um assunto tabu. Com todas essas questões levantadas pelas fontes, fica evidente que houve problematização no lugar de respostas ou opiniões formadas nas matérias. Como resultado, com júbilo, a cobertura ficou rica, considerando o preceito jornalístico que é informar. Buscamos ilustrar aqui as diversas vozes que aparecem no jornal, sempre em diálogo umas com as outras, questionando, respondendo, replicando, tomando partido e responsabilidade. Entendemos isso como diálogo, pluralidade de vozes, muitos olhares para uma questão, e problematização ao invés de respostas.

Um caso avesso: O aborto e as eleições 2010

O tema interrupção de gravidez também esteve em pauta na mídia nacional durante as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. A polêmica surgiu após a circulação do vídeo de uma sabatina realizada pela Folha de S. Paulo em 2007, onde a candidata Dilma Rousseff declarou-se a favor da descriminalização do aborto. A posição de Dilma repercutiu em vários veículos de comunicação e o tema tornou-se o foco dos principais conflitos políticos entre os candidatos a presidência. Em sua cobertura das eleições, o portal de notícias Folha.com, a versão online do jornal Folha de S. Paulo, publicou várias matérias relacionando a candidata Dilma Rousseff com a interrupção de gravidez, chamada de aborto nas notícias. O jornal se utilizou de diferentes abordagens para manter a polêmica em pauta e alimentar o assunto como o mais problemático da campanha de Dilma Rousseff. O que se pretende investigar é como a Folha selecionou suas fontes para falar do assunto em meio a uma cobertura eleitoral.

A intenção na escolha das fontes

- 1- “Aumenta a rejeição ao aborto no Brasil após tema ganhar espaço na eleição” (MACHADO, Uirá, Folha.com, 11/10/2010)



Esse acima é o título de uma das matérias publicadas com a temática da interrupção de gestação durante o período eleitoral. Nesta abordagem, o repórter usa como fonte apenas uma pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, o departamento de pesquisas do próprio Grupo Folha, e um comentário do diretor do instituto. A hipótese levantada logo no título e ao decorrer do texto é de que a possível causa do aumento a rejeição ao aborto no Brasil se deu após a polêmica na campanha de Dilma, isso é percebido na fala do diretor: “Segundo Mauro Paulino, diretor-geral do Datafolha, a rejeição recorde ao aborto pode ser resultado da ampla exposição que o tema teve nas últimas semanas.” (MACHADO, Folha.com, 11/10/2010).

Porém, não se considera que a pesquisa de opinião usada para fundamentar essa hipótese foi comparada com outra feita pelo mesmo instituto em 1993, ou seja, passaram-se dezessete anos entre as duas pesquisas, o que também pode ter afetado a mudança de opinião registrada pelo Datafolha, pois as alterações no contexto político e histórico do país nesse intervalo de tempo são influentes nos resultados. E ao atribuir o aumento da rejeição a interrupção de gravidez somente às polêmicas envolvendo Dilma Rousseff, a Folha silenciou todas as outras possibilidades de interpretação dos dados da pesquisa, e utilizou o que Eni Orlandi chama de “silêncio constitutivo”(ORLANDI apud BENETTI, 2001), ou seja, o silêncio é usado estrategicamente para ocultar o sentido do que não está sendo dito e ressaltar o que está sendo dito. Assim explicam Márcia Benetti Machado e Nilda Jacks: “Vasculhar os silêncios do discurso jornalístico nos diz mais sobre ele, suas intenções, seus interesses e sua força do que a análise de superfície da informação relatada”.(2001, p. 5)

Além de possuir duas únicas fontes, a pesquisa do Datafolha e o diretor do instituto, o jornalista selecionou fontes que se relacionam e concordam entre si, restringindo assim qualquer nova possibilidade de interpretação para o resultado da pesquisa. É um exemplo do que nos mostra Santos:

Os jornalistas realizam interações sociais e culturais com as fontes num conjunto diverso de ambientes (...), usando fontes selecionadas para formar as suas próprias opiniões de especialistas, muitas vezes explicitadas nos espaços noticiosos. Jornalistas e fontes formam um círculo hermenêutico cujo entendimento tem por missão a articulação de interesses comuns (SANTOS apud BENETTI, P.116)

- 2- “PT estuda tirar aborto de programa para estancar queda de Dilma entre religiosos” (Folha.com, 05/10/2010)

Nessa outra matéria publicada na mesma semana, a Folha abordou alguns dos conflitos políticos causados pela presença da temática da interrupção da gestação na campanha de Dilma Rousseff. E apesar do título, a matéria não mostra nenhum dado numérico ou pesquisa que comprove a queda citada. A ausência dessa fonte pode afetar a credibilidade da matéria, pois ao anunciar um índice de queda da candidata, o jornal deveria mostrá-lo para que o leitor visse o fundamento da Folha ao noticiá-lo. Assim como explica Patrick Charaudeau, ao falar da necessidade da prova no discurso jornalístico:

Não se trata mais de reportar os fatos, mas de extrair deles sua razão de ser. Esse domínio da verdade é, pois, o do raciocínio, o da possibilidade de remontar ou descer no encadeamento causal, e assegurar sua validade através das provas mais incontestáveis possíveis. (CHARAUDEAU, 2006, p.90)

Para situar o conflito entre o PT, partido dos trabalhadores, de Dilma Rousseff e o de seu adversário José Serra, o PSDB (Partido Social da Democracia Brasileira), a matéria tem como fonte um comentário do secretário de Comunicação do PT, André Vargas: "O Brasil verdadeiramente cristão não votará em quem introduziu a pílula do dia seguinte, que na prática estimula milhões de abortos: Serra", disse em seu Twitter."(Folha.com, 05-10-2010)

E ao comentar a fala de sua fonte, o repórter considera apenas seu conteúdo de conflito pessoal, ou seja, a crítica de André Vargas a José Serra. Deixando de lado qualquer esclarecimento sobre a afirmação do secretário de que o uso da pílula do dia seguinte seria uma forma de prática do aborto. "A pílula do dia seguinte é um dos métodos contraceptivos criticado pela Igreja Católica e distribuída pelo Ministério de Saúde. Diferentemente do que Vargas sugere, sua adoção foi decidida antes de o tucano José Serra, rival de Dilma no segundo turno, ser titular da pasta."(Folha.com, 05/10/2010)

Percebe-se então, que o tema polêmico de interrupção de gestação indesejada funciona apenas como pano de fundo para a discussão que a matéria quer suscitar: a briga entre os partidos e o envolvimento de valores religiosos nos temas de campanha.

As outras fontes usadas na matéria são: José Eduardo Cardozo, um dos coordenadores da campanha de Dilma, Gleisi Hoffmann, senadora do (PT- PR), o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), declarações de representantes do PMDB (Partido



do Movimento Democrático Brasileiro) e comentários da candidata Dilma Rousseff sobre o assunto. E todas essas fontes, apesar de vinculadas politicamente a campanha de Dilma, julgam como negativa a associação da descriminalização do aborto à campanha da candidata.

A escolha do repórter em selecionar apenas falas que prejudicam a imagem de Dilma Rousseff também diz algo sobre a intenção deste jornalista, como por exemplo, neste trecho da matéria: “A senadora eleita Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a defesa da descriminalização do aborto pode até ser defendida por algumas alas do partido, mas pode "custar a Presidência da República".” (Folha.com, 05/10/2010)

Nesse caso o repórter pode ser considerado um “locutor-relator”, que segundo a noção de Patrick Charaudeau, seria o ato do repórter de se utilizar do relato de outra pessoa para despertar no leitor sua intenção pretendida ao escrever:

“Na maior parte do tempo, o locutor-relator opera, de maneira consciente ou não, transformações no dito de origem. Assim, essas transformações revelam um certo posicionamento do locutor-relator, quer sejam voluntárias quer não.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 172)

Entre informar e formar

Sendo assim, fica clara a abordagem da Folha em relação à interrupção de gestação neste caso. Na situação de cobertura eleitoral, o jornal preferiu não problematizar o tema, e apenas usá-lo como justificativa para fomentar uma discussão de âmbito político e partidário.

“Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 39)

Concordando com o trecho acima, a estratégia discursiva usada no caso analisado, foi selecionar as fontes e suas respectivas falas para guiar o leitor para a interpretação dos fatos desejada pelo jornal Folha de S. Paulo. Outra estratégia utilizada foi a não seleção de determinadas fontes que poderiam dar pluralidade de vozes à matéria e enfoque principal ao tema de interrupção de gravidez, em vez de um enfoque intencional nos conflitos partidários. Esta abordagem na fase eleitoral, em resumo, foi

pelo caminho contrário à abordagem que tratava da mesma temática, analisada no início deste trabalho, que foi o debate do STF quanto à legalização de interrupção de gravidez em caso de anencefalia. No primeiro caso analisado, encontramos então um diálogo muito maior com o público leitor, com as fontes oficiais e informais. Este diálogo permitiu a problematização do assunto, sua discussão democrática e a manifestação de inúmeros interesses e opiniões. No segundo caso, a intervenção do jornal na campanha da candidata Dilma Rousseff foi fechada para diálogo, não apresentou fontes com opiniões diversas e tomou partido do jogo político que estava em cena. E para isso, valendo-se de um tema polêmico, que não foi discutido visando a informação e esclarecimento sobre ele. Em resumo: a informação foi fomentada com mais qualidade através do conflito gerado pela pluralidade de vozes que debatiam a interrupção de gestação na cobertura da decisão do STF.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Márcia, Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. Petrópolis: **Vozes**, 2007, p.107-120

BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda; O discurso jornalístico, Brasília, 2001, UFRGS. p.5

BONACCI, Angela, Para Leitora, decisão do aborto cabe à mãe. Painel do Leitor, Folha.com, 12/04/2012. Disponível em: <http://folha.com/no1074822>

CHARAUDEAU, Patrick; Discurso das Mídias. São Paulo, Editora Contexto, 2009. O “destinatário Alvo”, p.79-82; Visada da informação: desafio da credibilidade, 87-91; Tipode posicionamento, 172-174; Verdadeiros problemas, 36-39.

COSTA, Aline T. da, Médica Geneticista esclarece questões sobre aborto. Meu Olhar, Painel do Leitor, Folha.com. 14/04/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/meuolhar/1076055-medica-geneticista-esclarece-questoes-sobre-anencefalia.shtml>

Folha.com, Aumenta Rejeição ao aborto no brasil após tema ganhar espaço na eleição. Poder, 11/10/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/812927-aumenta-a-rejeicao-ao-aborto-no-brasil-apos-tema-ganhar-espaco-na-eleicao.shtml>

Folha.com, Conselho Federal de Medicina vai definir critérios de anencefalia, 13/04/2012. Cotidiano, Disponível em: <http://folha.com/no1075568>



Folha.com, PT estuda tirar aborto de programa para estancar a queda de Dilma entre religiosos., Poder, 05/10/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/809786-pt-estuda-tirar-aborto-de-programa-para-estancar-queda-de-dilma-entre-religiosos.shtml>

Portal do Ibope. A opção é da mulher. 2008.

Disponível em: [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=IBOPEespanol&pub=T&db=caldb&comp=Noticia&docid=8FE5ED5851F93D06832574F100439740)

[temp=5&proj=IBOPEespanol&pub=T&db=caldb&comp=Noticia&docid=8FE5ED5851F93D06832574F100439740](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=IBOPEespanol&pub=T&db=caldb&comp=Noticia&docid=8FE5ED5851F93D06832574F100439740)

Portal do jornal on.line Folha.com. Disponível em: www1.folha.uol.com.br

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Gênero, Patriarcado, violência. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.